

# ARENSEN, Kelly, *Health and Hedonism in Plato and Epicurus*.

**João Gabriel Conque**

Universidade Federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0003-4768-4983>  
joaogabrielconque@hotmail.com

Recebido: 02 de junho de 2020  
Aprovado: 30 do junho de 2020  
DOI: <https://doi.org/10.47661/afcl.v14i27.35194>



## RESENHA

---

CONQUE, João Gabriel, Resenha de Arenson, Kelly, *Health and Hedonism in Plato and Epicurus*. Anais de Filosofia Clássica 27, 2020. p. 323-329

**RESUMO:** Resenha de Arenson, Kelly, *Health and Hedonism in Plato and Epicurus*. London; New York: Bloomsbury, 2019. 217 p. ISBN 9781350080256.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epicuro; Platão; Hedonismo; Saúde; Ética.

**ABSTRACT:** Review of Arenson, Kelly, *Health and Hedonism in Plato and Epicurus*. London; New York: Bloomsbury, 2019. 217 p. ISBN 9781350080256.

**KEY-WORDS:** Epicurus; Plato; Hedonism; Health; Ethics.

Em *Health and Hedonism in Plato and Epicurus* (London; New York: Bloomsbury, 2019. 217 p. – ISBN 9781350080256), Kelly Arenson (daqui em diante A.) tem como principal objetivo mostrar que o hedonismo epicurista faz parte de uma tendência na antiguidade de conceber o prazer em termos de “funcionamento orgânico (*organic functioning*)” (p.157). Para tanto, A. busca oferecer uma interpretação não totalizante do tratamento dado por Platão ao prazer que seja capaz de iluminar certos conceitos presentes no pensamento de Epicuro. A. deixa claro desde a introdução (p.8) que o seu livro não pretende identificar uma conexão histórica entre as abordagens platônicas e as epicuristas a respeito do prazer, tampouco defender que as reflexões elaboradas por Epicuro e os seus discípulos últimos tinham como finalidade responder diretamente às posições sustentadas por Platão.

O primeiro capítulo do livro aborda a *República* de Platão. Aqui, A. oferece uma interpretação a respeito da superioridade hedônica da vida justa e filosófica defendida em tal diálogo. De modo geral, segundo A., a vida dedicada à filosofia é concebida por Platão como a mais prazerosa na *República* porque só esse tipo de vida permite que a alma como um todo desfrute do prazer. Dessa forma, a superioridade em termos de prazer do filósofo se resumiria a um holismo e a uma harmonia psíquica (p. 21). Para defender tal leitura, A. coloca em relevo o *link* entre justiça, harmonia, e saúde estabelecido no livro IV da *República* (444d-e) e destaca de modo bastante interessante uma passagem do livro V, mais especificadamente o passo 462a-d, na qual Sócrates aponta a importância de uma espécie de “unidade” no desfrute dos prazeres. Correlacionando ambas as passagens com o que é dito sobre o prazer no final do livro IX (586d-9b), A. defende que Platão pensa o benefício hedônico da vida filosófica como o prazer de ter uma

alma harmônica e saudável, sendo que tal estado se manifestaria na aptidão da alma em perseguir, livremente e sem ser perturbada por qualquer tipo de conflito interno, os seus bens (p.27).

Embora relevante, a abordagem empregada por Platão na *República*, de acordo com A., estaria limitada aos aspectos mentais da relação entre saúde e prazer (p.28). Já no *Filebo*, a reflexão acerca do prazer parece ser mais ampla, pois nesse diálogo tal filósofo teria o objetivo de conceitualizar também os prazeres relativos ao corpo em relação à saúde orgânica (p.30). Essa análise mais abrangente do prazer presente no *Filebo* ocupa os capítulos 2 e 3 do livro.

No segundo capítulo, A. procura destacar o desenvolvimento no interior do *Filebo* do chamado modelo da restauração, cuja possível aplicação a todos os tipos de prazeres não é discutida. Enquanto no passo 32d-33a desse diálogo encontramos uma versão “simples” de tal modelo, no qual é possível identificar um estado neutro, sem restauração e desintegração e sem prazer nem dor (p.36), adiante, uma versão mais “sofisticada” do mesmo é elaborada. Um indício da sofisticação do modelo em questão parece ser a presença de um “requerimento da percepção (*perception requirement*)” nas palavras de Sócrates nesse momento do *Filebo*.

Tal requerimento é fundamental para o propósito de A. de demonstrar as características da relação entre saúde e prazer no pensamento platônico. Trazendo questões relativas à percepção para a sua reflexão a partir do passo 42c-44b do *Filebo*, contexto no qual se discute a falsidade do prazer envolvendo o estado neutro, Sócrates, segundo A., passa a conceber o estado neutro como um estado em que as mudanças e alterações fisiológicas acontecem mas não são percebidas. Desse modo, um organismo harmônico e saudável seria aquele sem “alterações fisiológicas” grandes o suficiente para ser percebidas (p.41) e o estado de estar com saúde corresponderia a uma condição na qual a pessoa se encontra livre de perturbações para focar em atividades importantes (p.41-2). Com o requerimento da percepção, Sócrates

também teria estabelecido uma diferença entre o prazer genuíno e o estado neutro indolor, sendo o último uma condição idêntica à saúde. Como o prazer, de acordo com o modelo da restauração, é entendido como um processo percebido de restabelecer a saúde, o estado de estar saudável, segundo o que é dito no *Filebo*, não seria algo prazeroso.

O capítulo 3 é dedicado ao chamado argumento do processo presente no passo 53c4-55c3 do *Filebo*. A concepção do prazer como processo, implícito na concepção do prazer como restauração, serve, em certa medida, para Sócrates remover ao menos os prazeres da restauração da classe de bens. De acordo com A., tais prazeres poderiam, no máximo, ser concebidos como bens instrumentais (p.47-8). Nesse capítulo, que enfatiza o entrelaçamento de uma reflexão sobre o prazer em termos de funcionamento orgânico com discussões envolvendo os seus aspectos axiológicos no *Filebo*, A. ainda nos oferece um exame da crítica de Aristóteles ao argumento do processo. Tal crítica pode ser encontrada mais substancialmente em obras da provável fase madura desse filósofo, como parece ser o caso do livro 10 da *Ética a Nicômaco*. Destacar a visão aristotélica do prazer como uma atividade de um funcionamento saudável é importante para os objetivos de A. porque tanto concepção do prazer como restauração (de raiz platônica) quanto a do prazer como estado ou fim (de base aristotélica), de certa maneira, corresponderão, respectivamente, aos prazeres cinéticos e catastemáticos elaborados por Epicuro (p.63).

Após três capítulos sobre Platão, no restante do livro A. se atém a apresentar a sua interpretação de Epicuro. O capítulo 4, dedicado aos dois primeiros livros do diálogo *Sobre os fins* de Cícero, é crucial para o argumento geral da autora. Como ela mesma chama atenção (p.66), dependendo de como se interpreta tal fonte da filosofia epicurista, torna-se muito difícil ler o hedonismo de Epicuro usando “lentes platônicas”. Tendo isso em mente, A., por um lado, endossa a distinção entre prazeres cinéticos e catastemáticos presente nessa obra ciceroniana, mas, por outro, levanta suspeitas da descrição ali apresentada dos primeiros como

estimulações sensoriais e como preenchimentos de uma falta, e dos últimos como estados indolores desprovidos de alterações qualitativas. Segundo A., tais descrições, do modo como estão presentes em *Sobre os fins*, não encontram respaldo em outras fontes do pensamento epicurista. Nos capítulos seguintes, A. defenderá, dentre outros pontos, que para Epicuro a ausência de dor (*aponia*) nela mesma pode envolver alteração e mudança qualitativa e que nós podemos experienciá-la de diferentes modos, assim como dispomos de diversas maneiras de desfrutar dos prazeres da restauração (p.83).

No quinto capítulo, A. se compromete a mostrar principalmente como Epicuro entende os prazeres catastemáticos. Baseando-se em passagens de *Sobre a natureza das coisas* de Lucrecio, mas também em trecho de obras de Plutarco e de Cícero, A. sugere que os epicuristas enxergam uma conexão entre prazer catastemático, saúde física, e percepção (p.94-101). Na última seção desse capítulo, notamos ainda a tentativa de A. de evitar que a sua leitura indique que felicidade para Epicuro esteja ligada quase exclusivamente ao corpo. Para tanto, A. busca mostrar que para esse filósofo os prazeres mentais, de certa maneira, dependem do corpo, uma vez os primeiros envolvem uma reflexão sobre a condição do último. A. conclui esse capítulo reivindicando, de maneira geral, que o bem epicurista, ao invés de se associar simplesmente a uma condição com ausência de dor e perturbação, corresponde ao estar vivendo com o mínimo de distúrbio orgânico, com a consciência da própria saúde física e mental, acompanhada de uma “postura psíquica” confiante que esse estado indolor irá continuar (p.107).

Já no capítulo 6 encontramos uma análise dos prazeres cinéticos. Inicialmente, vemos a tentativa de A. de demonstrar (contra Wolsford e Koston) que Epicuro reconhece os processos restaurativos corporais como prazerosos. Em sua demonstração, A. afirma que a restauração percebida de uma deficiência orgânica, uma concepção utilizada por Platão para descrever certos prazeres, corresponde à noção epicurista de

prazer cinético (p.115). Na sequência, é defendida a possibilidade dos prazeres mentais serem compreendidos como restaurações. Aqui, A. lança mão do modelo médico de terapia filosófica proposto por Filodemo que nos permite, por exemplo, enxergar a conscientização do paciente de suas próprias crenças falsas que geram medo e ansiedade (“doenças psíquicas”) como algo doloroso e o processo que engloba a convicção da chance de “cura”, a correção das antigas crenças por crenças verdadeiras, e a mudança de atitude como algo prazeroso capaz de restaurar a saúde psíquica (p.117-9). Para reforçar a sua interpretação, A. faz questão de responder a seis possíveis objeções à tese defendida por ela de que o prazer cinético é causado por restauração (119-29), além de tentar acomodar o júbilo (*chara*) em tal concepção de prazer cinético, recorrendo, dentre outras fontes, ao conteúdo de uma carta de Epicuro direcionada a Idomeneu relatada por Diógenes Laércio (DL 10.22, 52 A) (p.132-3).

No capítulo que encerra o livro, A. se encarrega de justificar a sua classificação dos prazeres não-restaurativos, tais como os provenientes do paladar, do sexo, da visão, e da audição, como catastemáticos. Mencionando algumas descrições lucrecianas acerca do paladar, A. sustenta, de modo geral, que os prazeres não-restaurativos, cujo desfrute não pressupõe falta a ser preenchida, equivalem às percepções do funcionamento saudável e indolor de uma parte organismo (p.142-7). Após defender que em *Máximas principais* (18) é possível notar a atribuição de variação aos prazeres catastemáticos, A. termina o capítulo 7 apontando problemas nas interpretações oriundas de passagens de Filodemo e de Diógenes de Enoanda que concebem os prazeres não-restaurativos como cinéticos.

Concluindo, o livro de A., de fato, aponta evidências de que o hedonismo epicurista compõe um nexo de ideias no mundo antigo, que começa com Platão e se estende ao período helenístico, sobre a natureza do prazer e da saúde (p.162), oferecendo-nos também boas razões para levar em consideração a hipótese de que o pensamento de Epicuro

carrega consigo algumas “marcas” do que aparentam ser conceitos platônicos (p.66). Uma das diferenças mais importantes entre Platão e Epicuro apontada nesse livro é que o último, diferentemente do primeiro, associa saúde fisiológica com prazer (p.106). Outra valiosa contribuição oferecida por A., a qual sem dúvida estimulará novas investigações entre os *scholars*, é a inclusão da saúde (*hygieia*) em uma lista, que já contém, por exemplo, atividade (*energeia*), opinião (*doxa*), percepção (*aisthêsis*), e afecção (*pathos*), de noções que são recrutadas com frequência quando se discute no âmbito da filosofia antiga o tema do prazer.